



IAB INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

EXMO. SR. PRESIDENTE DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS
BRASILEIROS

Indicação. Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 399/2015. Dispõe sobre
marco regulatório da *Cannabis spp.* no Brasil.

Indicante: Marcia Dinis

Palavras-chave: *Cannabis*. Medicamentos. Marco Regulatório. Lei de
Drogas.

O Projeto de Lei nº 399/2015 foi proposto por Fábio Mitidieri (PSD-CE)
“para viabilizar a comercialização de medicamentos que contenham
extratos, substratos ou partes da planta *Cannabis sativa* em sua
formulação”. Em 20 de abril de 2021, o Deputado Luciano Ducci (PSB-
PR), designado Relator da Comissão Especial destinada a proferir parecer
ao referido PL na Câmara dos Deputados, apresentou o Substitutivo nº 2
à proposta legislativa, que pretende hoje dispor sobre “o marco
regulatório da *Cannabis spp.* no Brasil”.

Embora a Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de
Políticas Públicas sobre Drogas, estabeleça a possibilidade de concessão
de autorização administrativa para cultivo e pesquisa da *Cannabis* para
fins medicinais e apesar da existência de outras normativas que versam
sobre o tema, como a Convenção Única sobre Entorpecentes e a
Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, o Poder Legislativo ainda
não regulamentou os procedimentos de extração das substâncias
oriundas da planta.

Estudos mostram que a *Cannabis* pode auxiliar no tratamento de mais
de quarenta patologias, como Alzheimer, Parkinson, glaucoma, AIDS,



depressão, autismo e epilepsia¹. Por tais razões, o Conselho Federal de Medicina e a Anvisa autorizam a prescrição de remédios com CBD e THC² desde 2016 e, desde 2020, farmácias foram autorizadas a comercializar produtos com *Cannabis* em sua formulação³. O plantio e a extração da substância, no entanto, continua proibido, por força do artigo 33, §1º, inciso II, da Lei nº 11.343/2006.

A omissão legislativa de inviabilizar o cultivo impede a concretização efetiva de direitos fundamentais como a dignidade humana, a proteção à pessoa portadora de deficiência e o direito à saúde. Além disso, a ausência de norma reguladora representa abuso do poder punitivo do Estado, que impõe penas graves equiparando aqueles que se dedicam ao cultivo da planta e à extração de seus compostos químicos – e todos que colaborem onerosamente ou não – a traficantes, uma vez que a Lei de Drogas é taxativa quanto à proibição de plantio e não há definição acerca dos critérios que caracterizariam as hipóteses de cultivo, extração e pesquisa autorizadas pelo Estado. De modo que a incidência de uma política exacerbada e seletiva é ampliada e desvia o que deveria ser o foco do debate sobre tema de suma importância para a saúde e o bem-estar da sociedade, submetendo-o a seara indevida.

O Projeto de Lei tramita há mais de sete anos na Câmara dos Deputados e foram apresentados dois substitutivos ao texto original. Após a aprovação dos termos da proposta pela Comissão Especial, foram interpostos recursos que aguardam deliberação da Mesa Diretora⁴ e,

¹ APEPI. Uso medicinal da Cannabis? livreto educacional. [s.l.] [s.a.] ebook. p. 5. Disponível em: < <https://www.apepi.org/livreto/>>. Acesso em 16 mai 2022.

² O Tetrahydrocannabinol (THC) e o Canabidiol (CBD) são canabinoides, óleos extraídos da planta *Cannabis sativa*.

³ CANUTO, Luiz Cláudio. Relator apresenta parecer favorável à proposta que regulamenta plantio de maconha para fins medicinais. **Agência Câmara de Notícias**, [S. l.], 1 set. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/689107-relator-apresenta-parecer-favoravel-a-proposta-que-regulamenta-plantio-de-maconha-para-fins-medicinais/>. Acesso em 16 mai 2022.

⁴ REC nº 29/2021, contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei Nº 399/2015, e REC nº 54/2021, contra a decisão do presidente da Comissão Especial destinada a



neste meio tempo, o presidente Jair Bolsonaro fez considerações negativas sobre a proposta e manifestou a intenção de vetá-la⁵.

O autor e magistrado Luis Carlos Valois revela que a proibição remonta aos intentos imperialistas dos Estados Unidos e ao seu preconceito inerente⁶. Tal proibição é repetidamente denunciada pela Academia norte-americana, ao passo que, na América-Latina e no Brasil a guerra às drogas é reproduzida sem maiores questionamentos, servindo à reprodução de preconceitos raciais e de classe.⁷

Diante desse cenário, associações e demais integrantes da sociedade civil têm buscado a autorização para a produção e distribuição de medicamentos à base de *Cannabis* pela via judicial, muitas vezes com sucesso. Os casos de concessão de permissão reforçam que as dificuldades de avanço do Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 399/2015 estão relacionadas a um moralismo conservador e estigmatizante, que impede a efetivação de direitos de pessoas vulneráveis e atendem aos interesses da poderosa indústria farmacêutica que cada vez mais é ameaçada pela produção e distribuição de medicamentos a preços acessíveis.

A proposta em comento, que visa regulamentar as atividades de cultivo, processamento, pesquisa, armazenagem, transporte, produção,

proferir parecer ao Projeto de Lei nº 399/2015 no tocante a Questão de Ordem. Disponíveis em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_recursos.jsessionid=node0limwwaefdzwj2q1ofz0sw3z3n2173150.node0?idProposicao=947642. Acesso em 16 mai 2022.

⁵ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/bolsonaro-diz-a-apoiadores-que-vetara-pl-sobre-o-uso-medicinal-da-maconha/>>.

⁶ Segundo o autor, a proibição teve início nos EUA com a reforma moral cristã e a ideia de uma vocação missionária religiosa. Os missionários defendiam uma reforma da sociedade com base em conceitos morais próprios e os relacionavam com os valores democráticos, o que culmina na “cruzada da abstinência”. O autor também alerta para o impacto da luta por uma sociedade sem vícios no sistema punitivo. A luta teria incentivado a reformulação das prisões, de modo a criar os primeiros sistemas penitenciários do mundo. (VALOIS, Luís Carlos. **O Direito Penal da Guerra às Drogas**. 3ª ed. São Paulo: D’Plácido, 2020, p. 54-55.)

⁷ VALOIS, Op. cit., p. 652.



IAB INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS
NA VANGUARDA DO DIREITO DESDE 1843

industrialização, manipulação, comercialização, importação e exportação de produtos à base *Cannabis spp*, além de contribuir para a consagração de direitos constitucionais, garantirá uma mudança positiva no paradigma punitivista da guerra às drogas no Brasil.

Trata-se, assim, de tema da mais alta relevância pública e jurídica, a respeito do qual, s.m.j. o IAB não pode deixar de se pronunciar. De modo que encaminho a V.Exa a presente como INDICAÇÃO, esperando que, submetida ao Plenário e uma vez reconhecida a sua pertinência, seja encaminhada para a Comissão de Criminologia para a elaboração do parecer pertinente.



Marcia Dinis

Marcia Dinis
Presidente da Comissão de Criminologia
Indicante